


Economias morais evangélicas e governo Bolsonaro em tempos de pandemia

Evangelical moral economies and Bolsonaro government in pandemic times

Silas Fiorotti*

 <https://doi.org/10.29327/256659.12.1-12>

Resumo

O artigo aborda alguns discursos de líderes evangélicos brasileiros relativos à liberdade religiosa e à saúde pública. Buscou-se a identificação de alguns elementos da *cultura pública evangélica* e alguns valores morais partilhados por diversos grupos evangélicos que se conjugam com estratégias de poder do governo do presidente Jair Messias Bolsonaro e com as estratégias de poder dos líderes das grandes igrejas pentecostais. Em tempos de pandemia da Covid-19, fica ainda mais evidente que as chamadas *economias morais evangélicas* são mobilizadas em prol do oportunismo e da irresponsabilidade.

Palavras-chave: Pentecostalismo. Discursos morais. Religião e política. Saúde pública.

Abstract

The paper focuses on some speeches by Brazilian evangelical leaders regarding religious freedom and public health. It sought to identify some elements of *evangelical public culture* and some moral values that are shared by several evangelical groups that combine with the power strategies of the government of President Jair Messias Bolsonaro and with the power strategies of the leaders of the largest Pentecostal churches. In times of Covid-19 pandemic, it becomes even more evident that so-called *evangelical moral economies* are mobilized in favor of opportunism and irresponsibility.

Keywords: Pentecostalism. Moral speeches. Religion and politics. Public health.

Introdução

A sociedade brasileira viu, ao longo de muitos anos, os evangélicos protagonizarem uma redefinição do religioso e parece que tornou-se um caminho sem volta. Conforme pesquisa do Datafolha, divulgada no início de 2020, os evangélicos já representam aproximadamente 31% da população brasileira (Balloussier, 2020), há uma grande *cultura pública* dos evangélicos, a ideia de que as igrejas evangélicas só fazem bem ao país está amplamente disseminada, e no horizonte não há nenhum movimento no sentido de fiscalizar as atividades das igrejas evangélicas, de fiscalizar as movimentações financeiras das igrejas, de fiscalizar os amplos repasses de dinheiro para empresas, de restringir a atuação das igrejas

*Doutor em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP) e professor colaborador no Centro de Pesquisa e Pós-Graduação do Centro Universitário FMU (CPPG-FMU), São Paulo. E-mail: silas.fiorotti@gmail.com.

nos meios de comunicação, de restringir a atuação de líderes evangélicos na política e de impedir que partidos políticos sejam controlados por igrejas evangélicas (Guimarães *et al.*, 2020; Prazeres, 2020; Ward *et al.*, 2020).¹

A redefinição do religioso e o crescimento dos evangélicos, principalmente dos diversos grupos pentecostais, têm desafiado as análises dos res². Os pesquisadores apontam diversos fatores para este crescimento do pentecostalismo brasileiro, por exemplo: a presença de lideranças carismáticas; a flexibilidade nos usos e costumes e nos padrões morais; as liturgias mais descontraídas, com muita música e cheias de emocionalismo; a presença na mídia; a pregação da chamada confissão positiva ou da vida vitoriosa; o apego à cura divina e a oferta de serviços mágicos; a teologia da prosperidade; a ênfase na batalha espiritual e no combate ao mal; o papel das igrejas pentecostais como redes de ajuda mútua e de integração social; a racionalização empresarial das igrejas; entre outros.

Algumas linhas interpretativas enfatizam mais as mudanças culturais, sociais e econômicas que supostamente propiciam o crescimento do pentecostalismo, assim o pentecostalismo seria uma espécie de “resposta” aos problemas econômicos, sociais e pessoais. Outras linhas interpretativas enfatizam mais as próprias estratégias das igrejas e dos líderes pentecostais, assim como a concorrência entre si e entre outras vertentes religiosas no sentido de atrair frequentadores e membros, e também enfatizam as “regulações” ou “desregulações” das atividades das igrejas por parte do estado. Estes fatores e estas linhas interpretativas não são excludentes entre si, mas talvez não seja possível analisar o pentecostalismo contemporâneo sem olhar para estas formas pelas quais o estado se relaciona com as igrejas e com os líderes pentecostais (Mariano, 2003; 2008).

Diversas análises apontam para a emergência, a partir da década de 1990, da *cultura pública evangélica* no Brasil (Giumbelli, 2014). Esta cultura pode ser ilustrada por alguns fatores: a presença evangélica nos meios de comunicação; as personalidades evangélicas que publicitam sua fé; os eventos públicos dos evangélicos; a música gospel que é muito difundida; a presença evangélica nas grandes cidades brasileiras, especialmente nas periferias; a presença crescente de exemplares da Bíblia em estabelecimentos públicos; a criação de praças e monumentos dedicados à Bíblia; a existência de placas e de decretos declarando que municípios pertencem a Jesus; a instituição do Dia do Evangélico em diversos municípios e estados brasileiros; entre outros. Dentro desta cultura pública

evangélica, destaca-se a presença da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) através de suas diversas emissoras de rádio e de televisão, do jornal Folha Universal, das telenovelas bíblicas produzidas pela Rede Record, dos grandes lançamentos de livros e filmes, e de suas grandiosas catedrais.

Há quem diga que a maior parte dos grupos evangélicos pentecostais é fundamentalista (Marton, 2020). Tenho minhas dúvidas. Talvez seja o momento de abandonar as compreensões que simplesmente associam os pentecostais brasileiros ao fundamentalismo. O movimento dos evangélicos pentecostais contemporâneos –se é que cabe generalização deste tipo– não é propriamente um movimento que vai no sentido do fundamentalismo ou do literalismo bíblico inflexível. Os líderes pentecostais vão mudando seus discursos, há uma maleabilidade relativamente grande, e até mesmo o bem e o mal podem ser transmutáveis nos discursos e nas práticas. Pode-se combater alguma prática religiosa e, ao mesmo tempo, incorporar diversos elementos desta prática religiosa (Almeida, 2009; Silva, 2007). Pode-se demonizar algum grupo político quando convém e depois estabelecer aliança com este mesmo grupo, pode-se apoiar governos de esquerda e depois apoiar um governo de direita (Almeida, 2019; Resende, 2018). Neste sentido, acredito que os discursos dos líderes pentecostais e suas alianças políticas estão especialmente comprometidos com o projeto das grandes igrejas pentecostais rumo a uma hegemonia religiosa no Brasil (Giumbelli, 2007).

Por mais que se defenda que os grupos evangélicos não constituem um bloco monolítico e que os crentes evangélicos muitas vezes adotam posicionamentos distintos das lideranças de suas igrejas, este artigo volta-se aos elementos comuns que provavelmente apontam para a existência de um movimento predominante e hegemônico entre os mais diversos grupos evangélicos, principalmente entre os pentecostais. A intenção não é negar toda a diversidade que há no meio evangélico e até mesmo entre os diversos grupos pentecostais, mas sim enfatizar que os discursos sobre os evangélicos em geral e enunciados por diversos evangélicos apontam para a existência de um grande contingente de evangélicos que se deixa penetrar por determinadas lógicas que lhe são exteriores e que busca se expandir para além dos espaços religiosos³ (Giumbelli, 2007).

Com relação aos elementos comuns, pode-se mencionar as chamadas formas sensoriais pentecostais que moldam o conteúdo e as normas dos grupos pentecostais e, neste sentido, contribuem para a conformação de uma *economia*

moral dos evangélicos brasileiros em geral⁴. Mas, diante da maleabilidade dos discursos dos líderes pentecostais, será que é possível identificar e compreender alguns princípios morais de distinção entre bem e mal que são amplamente partilhados no meio evangélico?

Pode-se partir da noção de *moral* utilizada por Didier Fassin: a “crença humana na possibilidade de diferenciar certo de errado e na necessidade de agir em favor do bem e contra o mal” (Fassin, 2019, p. 36). É uma *economia moral*, por sua vez, representaria a produção, circulação e apropriação de valores morais e sentimentos em relação a uma determinada questão social (Fassin, 2015). Neste sentido, seguindo a abordagem de D. Fassin para analisar alguns valores morais partilhados por diversos evangélicos, talvez seja mais apropriado falar em termos de *economias morais evangélicas* no plural: uma economia moral da liberdade religiosa, uma economia moral da família, uma economia moral da sexualidade, uma economia moral da educação, e assim por diante.

Esses valores morais partilhados por diversos evangélicos estão cada vez mais sendo apropriados pelos políticos, principalmente nas campanhas eleitorais. É difícil estabelecer uma distinção clara entre o que é considerado estritamente político e o que é considerado estritamente religioso, mesmo com o reconhecimento de que algumas práticas são próprias dos atores e dos espaços religiosos. Os discursos morais e os discursos religiosos confundem-se com os discursos políticos. Assim, ao invés de tentar definir algo que é estritamente religioso, é mais útil enfatizar as formas pelas quais o estado se relaciona com os agentes religiosos, “regula” ou “desregula” as atividades religiosas.

A análise seguirá essa abordagem e contará com o auxílio dessas ferramentas. Busca-se responder algumas questões: Quais são os elementos da cultura pública evangélica e quais os valores morais partilhados por diversos evangélicos que se conjugam com estratégias de poder? Quais questões morais, políticas e estéticas estão em jogo? Para isto, serão analisados alguns discursos de líderes evangélicos relativos à noção de liberdade religiosa e relativos à saúde pública.

Economia moral da liberdade religiosa

A liberdade religiosa não deixa de ser um princípio ambíguo e ambivalente que muitas vezes é defendido para privilegiar grupos cristãos. Até mesmo os gru-

pos não cristãos que defendem uma determinada concepção de *laicidade* do estado frequentemente utilizam a linguagem cristã⁵. Por exemplo, utiliza-se as palavras de Jesus: “Dai pois a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus” (Mc 12,17 - ARC)⁶, no sentido da defesa do pressuposto moderno da separação entre religião e política (Barone, 2020). Este tipo de utilização do texto bíblico coloca o cristianismo como uma religião superior, mais avançada, mais sintonizada com a laicidade e com a liberdade religiosa, algo que alimenta o preconceito em relação aos grupos não cristãos, principalmente os muçulmanos (Asad, 2018).

A Constituição brasileira de 1988 estabelece um regime jurídico de princípio laico com a separação entre Igreja e Estado e o não comprometimento do Estado com nenhum grupo religioso. Isto se estabeleceu formalmente, mas não impediu o estabelecimento de relações estreitas entre os poderes públicos e a Igreja Católica e, nos últimos anos, de relações estreitas entre os poderes públicos e as igrejas evangélicas (Giumbelli, 2014; Oro, 2011).

Na esteira das ambiguidades e ambivalências das concepções de liberdade religiosa e de laicidade, diversos evangélicos promovem uma confusão semântica para inviabilizar as discussões e as utilizações destas concepções no sentido de promover a diversidade religiosa. Estes são aspectos centrais da estratégia dos evangélicos das grandes igrejas pentecostais para levar adiante o seu projeto de hegemonia religiosa no Brasil: promover a confusão semântica e inviabilizar as discussões sobre liberdade religiosa e laicidade.

Os evangélicos brasileiros de um modo geral alimentam a ideia de que ainda constituem uma minoria religiosa que está continuamente ameaçada, que precisa ser defendida com vigor, que precisa afirmar sua identidade, e que precisa ter o seu lugar reconhecido e respeitado no espaço público. É uma ideia questionável neste momento em que os evangélicos constituem aproximadamente 31% da população brasileira e caminham para ser o maior grupo religioso (Baloussier, 2020). Por conta dessa ideia de minoria, líderes evangélicos pentecostais controversos como o televangelista Silas Malafaia, que fazem discursos eloquentes em defesa dos evangélicos, gozam de grande prestígio até mesmo entre os líderes evangélicos mais moderados das igrejas históricas:

[...] O Silas Malafaia, eu penso que ele é um desses líderes evangélicos que milita pela afirmação da identidade evangélica, da moral evangélica, da doutrina evangélica. Penso que o Silas Malafaia é uma dessas pessoas que trabalha por localizar a igreja evangélica

no espaço público da sociedade brasileira. (Ed René Kivitz, pastor da Igreja Batista de Água Branca, São Paulo, 09 out. 2018).⁷

Isto mostra que há uma condescendência difusa e muitos líderes evangélicos sentem-se impedidos de fazer qualquer crítica aos seus pares para não agir contra o próprio grupo que é tomado como minoritário e perseguido. Por mais que possa haver divergências, estes líderes moderados provavelmente não querem expor suas comunidades e querem continuar se beneficiando do prestígio dos líderes pentecostais que fazem uso massivo das mídias. Por outro lado, diante do grande crescimento de atos de intolerância religiosa dos evangélicos contra os religiosos afro-brasileiros, adeptos dos candomblés e das umbandas, muitos líderes evangélicos simplesmente se recusam a sair publicamente em defesa destes grupos religiosos porque só aceitam se manifestar publicamente contra a intolerância religiosa sofrida pelos evangélicos, só querem ter suas imagens associadas com a defesa dos próprios irmãos evangélicos. Quando questionados sobre os atos de intolerância encabeçados por evangélicos, estes líderes moderados dizem simplesmente que trata-se de casos isolados e que a mídia tende a demonizar todos os evangélicos:

[...] A TV no Brasil, de forma geral, ainda se preocupa muito mais com o circo, com o sensacional, com os embates e os extremos, do que com o diálogo e a discussão construtiva. A mídia tem um papel muito forte nisso. Os movimentos LGBT, por exemplo, são pintados sempre como mocinhos e os evangélicos todos demonizados como homofóbicos, o que é uma inverdade. [...] A face evangélica que está exposta para o imaginário coletivo do brasileiro é a face mais grotesca, mais triste e que não representa a índole da igreja evangélica brasileira, com a mais absoluta certeza. (Ed René Kivitz, pastor da Igreja Batista de Água Branca, São Paulo, 23 jun. 2015).⁸

A confusão semântica e a ideia de minoria religiosa também são utilizadas como estratégias pelos parlamentares evangélicos. A atuação dos parlamentares evangélicos é fundamental para que a discussão sobre liberdade religiosa continue hegemonizada no Brasil: fazendo lobby para ninguém mexer com as grandes igrejas pentecostais e suas movimentações financeiras, fazendo lobby para ninguém mexer no estatuto jurídico das igrejas, etc. Pode-se citar como exemplo a grande aliança entre diferentes grupos evangélicos, ao longo de 2002 e 2003, no sentido de combater as regras do novo Código Civil (lei 10.406) que ampliavam o controle jurídico-político do Estado sobre as organizações religiosas, exigiam mudanças estatutárias, transparência e democratização decisória nas organizações

religiosas (Mariano, 2006). O Ministério Público poderia atuar com mais rigor em relação às atividades das grandes igrejas pentecostais, porque há muitos indícios de irregularidades e muitas investigações não são concluídas (Guimarães *et al.*, 2020; Prazeres, 2020; Ward *et al.*, 2020); e os líderes mais moderados das igrejas evangélicas históricas e os políticos evangélicos de linha progressista têm medo de discutir efetivamente esta questão. A concepção de liberdade religiosa defendida pelos parlamentares evangélicos de um modo geral é de uma liberdade religiosa irrestrita para o benefício exclusivo dos evangélicos. Neste sentido, a liberdade religiosa tem sido utilizada como uma desculpa para os líderes pentecostais estimularem ataques contra minorias com seus discursos públicos: ataques misóginos, homofóbicos, xenófobos, racistas e de intolerância religiosa (Fiorotti, 2019; Silva, 2007).

Uma boa definição dessa concepção de liberdade religiosa irrestrita defendida pelos políticos evangélicos está nas palavras de um parlamentar evangélico da cidade de São Paulo, que pode ser considerado um líder evangélico moderado:

[...] Sou contra qualquer iniciativa que queira cercear nosso direito de expressar a fé em Jesus ou queira calar nossa voz profética nessa nação, sou contra tentativas de rebaixamento moral da família e de desvalorização da vida, sou contra projetos que queiram obrigar pastores a fazer coisas que contrariem nossa fé, o Estado tem de saber que as igrejas têm suas próprias regras. Eu estou atento e vigilante. Se algo assim ameaçar avançar em São Paulo, levantarei minha voz e agirei para impedir. (Carlos Bezerra Jr., parlamentar e pastor da Igreja Comunidade da Graça, São Paulo, 25 out. 2014).⁹

Estas palavras estão no contexto da busca pelos votos dos pentecostais em geral, assim o líder evangélico mais moderado reafirma o compromisso com a liberdade religiosa irrestrita. Mesmo que isto não seja algo central na sua atuação como parlamentar, ele não se permite abandonar este compromisso ou relativizar esta concepção de liberdade religiosa que toma qualquer proposta de mudança no estatuto jurídico das igrejas como perseguição aos evangélicos.

A intenção até aqui foi destacar que, ao voltar-se somente aos líderes das grandes igrejas pentecostais e aos políticos fisiológicos da chamada bancada evangélica, a Frente Parlamentar Evangélica (FPE)¹⁰, qualquer análise corre o risco de restringir-se aos interesses e objetivos práticos das grandes igrejas pentecostais. Contudo, ao pensar em termos de uma economia moral da liberdade religiosa, pode-se olhar para aspectos que são compartilhados por um contingente

maior de evangélicos. Neste sentido, destacou-se a presença da ideia de que os evangélicos constituem uma minoria perseguida e da defesa da liberdade religiosa irrestrita nos discursos de lideranças evangélicas mais moderadas e de linha política progressista e que, por sua vez, estão sintonizados com os discursos dos líderes das grandes igrejas pentecostais e dos políticos fisiológicos da Frente Parlamentar Evangélica. Por exemplo, no mesmo sentido, os parlamentares da FPE costumam repetir que “o Estado é laico, mas a sociedade é religiosa” ou “o Estado é laico, mas não é ateu” (Almeida, 2019).

Agora a análise volta-se aos discursos evangélicos relativos à saúde pública.

Evangélicos, governo Bolsonaro e saúde pública

A defesa da liberdade religiosa irrestrita muitas vezes considera que quaisquer discursos proferidos a partir dos púlpitos evangélicos são totalmente aceitáveis, porque são considerados simplesmente como “expressões da fé em Jesus” (Bezerra Jr.; Cavallera, 2014). Mas o que dizer quando estes discursos evangélicos colocam-se frontalmente contra a saúde pública? O que dizer quando os discursos evangélicos colocam em risco a saúde de toda a população?

O fato é que diversos discursos evangélicos vão contra a saúde pública. Isto é ainda mais problemático quando estes discursos são muito difundidos no contexto brasileiro em que grande parte da população não tem acesso aos serviços públicos de saúde (de atenção primária) e de saneamento básico. Pode-se citar os discursos sugerindo que atendimentos espirituais das igrejas podem substituir serviços médicos; os discursos que promovem a ideia de que a abstinência sexual defendida pelos evangélicos trata-se de método eficaz para prevenir doenças sexualmente transmissíveis e gravidez precoce; os discursos contrários à educação sexual voltada para adolescentes e jovens; os discursos contrários à distribuição de preservativos; os discursos contrários à vacinação de adolescentes para prevenção de infecções do HPV. Há grupos evangélicos que, seguindo estes discursos, organizam campanhas contra materiais didáticos, contra planos educacionais, contra cartilhas e campanhas do Ministério da Educação e do Ministério da Saúde, entre outras (Almeida, 2019; Bulgarelli e Marreiro, 2020; Motta, 2018).

A ministra Damares Alves, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), membro do governo de Jair Messias Bolsonaro, é uma

liderança evangélica que tem atuado no sentido de atender essas demandas evangélicas. Seus discursos defendem os valores morais partilhados pelos evangélicos em duas direções. Por um lado, há uma defesa da privatização de algumas atribuições estatais para o âmbito familiar ou religioso; por outro lado, há uma defesa da transformação de alguns valores morais em políticas públicas. As argumentações de Damares Alves são simplesmente fugas dos problemas sociais brasileiros com a recorrente utilização dos valores morais como subterfúgio.

“A escola não é mais um lugar seguro. [...] O único lugar seguro para as crianças nessa nação é a igreja” (Damares Alves, Belo Horizonte, 03 mai. 2016)¹¹. No sermão proferido em uma grande igreja pentecostal, em 2016, Damares Alves não convoca os evangélicos a lutarem por uma escola pública de qualidade, ela não menciona quais seriam as medidas necessárias para resolver os problemas da educação brasileira, nem cogita a possibilidade de cada igreja evangélica adotar uma escola pública para contribuir financeiramente e fazer trabalhos voluntários. Não. Ela é contundente em seu pessimismo com o intuito de gerar adesão a partir da frustração e do ressentimento do público evangélico. A mensagem é de que não adianta fazer nada pela escola pública, ela simplesmente está dominada pelo mal, ela está fadada ao fracasso, tudo para as crianças deve ser feito somente no âmbito da igreja evangélica. Isto tende a colocar os evangélicos contra as iniciativas de professores no sentido de promover o ensino da cultura afro-brasileira, o respeito à diversidade, o respeito aos direitos humanos, as discussões sobre relações de gênero, a educação sexual, entre outras (Almeida, 2019; Fiorotti, 2019). A retórica populista de políticos como Jair Messias Bolsonaro também trabalha com a mobilização da frustração e do ressentimento para gerar adesão, sem a proposição de alternativas.

Em relação à saúde pública, desde o início de 2020, Damares Alves tem levado adiante uma campanha moralista de abstinência sexual com o argumento de prevenir a gravidez precoce (Alves, 2020a; Ferreira; Mariz, 2020). Trata-se de campanha governamental que conta com dinheiro público do Ministério da Saúde, mesmo não apresentando estudos científicos sobre sua eficácia. O líder evangélico Maurício José Silva Cunha, secretário nacional dos direitos da criança e do adolescente, atua diretamente na implementação desta campanha:

[...] Para nós, isso é uma ampliação de direitos. Ou seja, a gente não está de forma alguma renunciando outros métodos contraceptivos. A gente quer que seja um componente a mais do leque que temos de redução ao risco sexual precoce. O fortalecimento da

criança e adolescente e suas famílias como uma opção, não como imposição ou agenda única de redução da gravidez. (Maurício José Silva Cunha, Brasília, 23 jan. 2020)¹².

Cunha diz que o governo federal não está renunciando outras campanhas em prol desta campanha moralista. No entanto, a campanha utiliza o dinheiro público do Ministério da Saúde. Ou seja, tira-se efetivamente dinheiro da promoção da saúde, das campanhas de educação sexual e dos métodos contraceptivos para promover uma campanha moralista que não tem base científica e que se colocará em concorrência com as outras campanhas. Trata-se de algo muito problemático, mas Damares Alves vai além, ela se coloca frontalmente contra as campanhas de educação sexual elaboradas pelos técnicos do Ministério da Saúde ao dizer: “Pode espernear os ‘ólogos’ [especialistas], os pais e mães estão concordando comigo”¹³(Damares Alves, Brasília, 17 jan.2020). Ela deixa claro que não se importa com a opinião dos especialistas e dos pesquisadores da área da saúde pública, entre outras; o que interessa é estar em sintonia com aquilo que ela acredita ser a moralidade da maioria das famílias brasileiras que, por sua vez, supostamente é semelhante à moralidade evangélica. Aqui não há referência à minoria religiosa que precisa ser respeitada, mas sim à vontade da maioria, à moralidade da maioria e, conseqüentemente, à moralidade evangélica que será imposta através da política pública.

Há uma tentativa de impor determinada moralidade sobre toda a população através da implementação de uma política pública, principalmente sobre a população pobre. A justificativa é que isto trará benefícios para as vidas dos cidadãos. As escolhas dos cidadãos pobres sobre suas próprias vidas vão sendo limitadas pelo poder público. A noção de *biopoder* é uma ferramenta importante para a reflexão sobre as formas como o poder público interfere nas vidas e principalmente nos corpos das pessoas¹⁴. Ou seja, o controle dos governos sobre as sociedades e suas populações começa nos corpos, o corpo pode ser entendido como uma realidade biopolítica, e a saúde pública, neste sentido, pode ser entendida como um controle da saúde e do corpo da população pobre para torná-la menos perigosa (Foucault, 2008). De uma forma geral, a população pobre é vista como um “problema” a ser enfrentado e o poder público brasileiro impõe quaisquer medidas, muitas vezes violando a legislação e os direitos fundamentais, para resolver este “problema”. A redução de potenciais “marginais” é algo central nos planos de diversos governos em relação à população pobre, mas nem sempre

estes planos se conjugam com os valores morais partilhados pelos evangélicos, como no caso de promover o acesso ao aborto e à esterilização massiva para mulheres negras e pobres¹⁵(Carneiro, 2011). A campanha de abstinência sexual, por sua vez, conjuga estes valores morais com os planos de redução do nascimento de potenciais “marginais”, com os planos de tornar a população pobre menos perigosa para a elite.

A ministra Damares Alves e os líderes das grandes igrejas pentecostais são hábeis em conjugar a defesa da liberdade religiosa irrestrita e dos valores morais com a retórica populista e o biopoderdo presidente Jair Messias Bolsonaro. Constatase isto em discursos proferidos durante a pandemia da Covid-19.

Durante os primeiros casos da Covid-19 no Brasil, os líderes evangélicos de grandes igrejas pentecostais –Silas Malafaia, José Wellington Jr, Edir Macedo, Valdemiro Santiago, R.R. Soares, Estevam Hernandez, entre outros– adotaram posições extremamente irresponsáveis em relação à saúde pública. Em meados de março, alguns discursos foram proferidos por estes líderes: (a) discurso de que o novo coronavírus é só mais um vírus e que a pandemia envolve interesses econômicos; (b) discurso de que a Covid-19 é só uma estratégia de Satanás e da mídia para induzir as pessoas ao pânico; (c) discurso de que a Covid-19 só atinge quem não tem fé; (d) discurso de que igrejas não podem fechar suas portas e cancelar reuniões presenciais; (e) discurso com críticas diretamente voltadas às recomendações do Ministério da Saúde e das secretarias de saúde; (f) discurso de que uma grande contribuição financeira ou “oferta de sacrifício” pode evitar a Covid-19¹⁶. Como se pode ver nos seguintes exemplos:

[...] Meu amigo e minha amiga, não se preocupe com o coronavírus. Porque essa é a tática, ou mais uma tática, de Satanás. Satanás trabalha com o medo, o pavor. Trabalha com a dúvida. E quando as pessoas ficam apavoradas, com medo, em dúvida, as pessoas ficam fracas, débeis e suscetíveis. Qualquer ventinho que tiver é uma pneumonia para elas. (Edir Macedo, líder da Igreja Universal do Reino de Deus, São Paulo, mar. 2020).¹⁷

[...] Cobrindo meu altar de oferta eu saio e luto a tua guerra com a arma que você não tem. Eu te defendo. Sua empresa está bloqueada? Faz a Mezuzah [referindo-se à história do êxodo do povo hebreu] do Santuário, divide em 10 vezes [...] faz um desafio com Deus, você pode fazer um desafio de mil reais, de trezentos reais, você pode cobrir sua casa especificamente contra essa praga [coronavírus]. (Sônia Hernandez, bispa da Igreja Apostólica Renascer em Cristo, São Paulo, mar. 2020).¹⁸

[...] não é para o povo de Deus ficar com medo desse vírus que tá vindo por aí chamado coronavírus. [...] ele é a coroa do diabo mas nós temos a coroa de Jesus sobre nós. [...] Nós não podemos ter

medo de jeito algum. (Romildo Ribeiro Soares ou R.R. Soares, líder da Igreja Internacional da Graça de Deus, São Paulo, mar. 2020).¹⁹

Estes discursos das lideranças evangélicas representam fugas ao enfrentamento da pandemia e se conjugam com a retórica populista e o biopoderde Jair Messias Bolsonaro a favor do direito de ir e vir, a favor de uma liberdade irresponsável, no momento em que os especialistas e técnicos recomendaram o isolamento social como única medida eficaz de frear o contágio do coronavírus e de impedir o colapso do sistema de saúde.²⁰ O biopoderde Bolsonaro se coloca contra o suposto autoritarismo estatal, contra o autoritarismo da legislação, contra o autoritarismo positivista dos crédulos na ciência, contra as intervenções estatais na economia, contra os programas de renda básica para as famílias pobres e, no momento de pandemia, obrigou grande parte da população a sair de casa em busca de renda e alimentação, agiu contra as medidas de distanciamento social e colocou as vidas dos cidadãos pobres em risco.

Destaca-se a nota emitida pela Frente Parlamentar Evangélica (FPE), no dia 25 de março de 2020, pedindo a reabertura dos templos evangélicos para enfrentar a “pandemia maligna”:

[...] O País está paralisado devido à pandemia, e os templos religiosos precisam ser preservados, pois a fé será a principal fonte de cura nesse momento de desespero da população e os templos religiosos devem ser enquadrados como atividades essenciais do Estado, preservando a abertura e o funcionamento dos locais destinados aos cultos religiosos, a fim de assegurar a liberdade religiosa protegida constitucionalmente. (Silas Câmara, deputado federal e presidente da FPE, Brasília, 25 mar. 2020).²¹

E destaca-se a convocação dos líderes evangélicos para um *Jejum Pelo Brasil*, que ocorreu no dia 5 de abril de 2020.²² O deputado Marco Feliciano fez a intermediação entre as lideranças evangélicas e o presidente:

[...] Ele [Jair Messias Bolsonaro], como cristão e temente a Deus, sabe a força do jejum e da oração, foi extremamente tocado. Pessoal, nunca antes vimos um presidente agir assim. (Marco Feliciano, deputado federal e líder da Igreja Assembleia de Deus Catedral do Avivamento, Brasília, 01 abr. 2020).²³

A ministra Damares Alves defendeu o *Jejum Pelo Brasil* mencionando a ciência:

[...] A ciência já mostrou que a fé alcança, renova a esperança. Precisamos falar em esperança, por favor, precisamos renovar a esperança donossopovo(Damare Alves, Brasília, 03 abr. 2020).²⁴

A concepção de liberdade religiosa irrestrita é utilizada de forma oportunista e irresponsável nestes discursos, no sentido que vai totalmente contra a saúde pública. Estes líderes evangélicos não se preocupam efetivamente com a saúde das pessoas que frequentam os templos de suas igrejas, nem com a saúde dos brasileiros em geral. A defesa da fé os dispensa de qualquer responsabilidade com relação à saúde pública, ou simplesmente esconde os interesses econômicos destes líderes de grandes igrejas que são também líderes de conglomerados empresariais. O presidente Jair Messias Bolsonaro é tomado como cristão sinceramente a Deus, que se comove com as iniciativas dos líderes evangélicos, isto é um sinal de que seu governo está no caminho certo e deve ser apoiado, independentemente de suas posições em relação à pandemia da Covid-19.

A atuação do presidente Jair Messias Bolsonaro mostra como as percepções do público e do privado se confundem, ele coloca seus interesses particulares acima dos interesses públicos²⁵. Bolsonaro é um governante que conduz sua vida pública a partir das experiências e dos sentimentos do âmbito privado. Pelo fato de supostamente tratar com cortesia as mulheres e os amigos negros no âmbito privado, ele considera que pode proferir discursos públicos misóginos e racistas sem ser efetivamente preconceituoso. Ele não segue as liturgias dos cargos públicos, as formalidades das instituições republicanas, ele considera que tudo isto é autoritarismo estatal que deve ser combatido, mas sua falta de decoro confunde-se com desvio de finalidade da função pública e improbidade administrativa. Em relação à saúde pública, Bolsonaro também age de acordo com seus interesses particulares e suas emoções. Ele não está pessoalmente preocupado com a pandemia da Covid-19, provavelmente não é algo que atinge dramaticamente seus amigos e seguidores mais próximos, então ele considera que não é algo importante, considera que não é algo que deve ter a atenção de seu governo, mesmo que esteja matando milhares de cidadãos brasileiros.

Para além da conjugação dos valores morais partilhados por diversos evangélicos com a retórica populista e o biopoder de Jair Messias Bolsonaro, há formas sensoriais utilizadas por Bolsonaro que são semelhantes às formas sensoriais pentecostais, formas sensoriais que criam uma identificação direta de Bolsonaro com muitos evangélicos. A noção de *estética da persuasão* (Meyer,

2018) é útil para abordar estas formas sensoriais pentecostais, para entendê-las como modos autorizados de organizar e invocar o transcendental que moldam o conteúdo e as normas religiosas, formas sensoriais que também estão presentes na chamada cultura pública evangélica. São formas sensoriais mobilizadas por Bolsonaro. Ele é casado com uma mulher evangélica, uma mulher virtuosa²⁶, e seu casamento foi celebrado por pastor evangélico. Ele foi batizado no Rio Jordão, em Israel, por um pastor evangélico. Ele é o presidente que declara publicamente sua intenção de defender e beneficiar os evangélicos. Ele apoia publicamente as iniciativas das lideranças evangélicas e vai aos eventos evangélicos. Ele repete o lema: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Ele recebe orações em público, orações com imposição de mãos e palavras proféticas de líderes evangélicos dizendo que ele é uma autoridade constituída por Deus. Ele utiliza uma linguagem coloquial e simples, algo que denota simplicidade e autenticidade. Ele se apresenta como aquele que combate muitos privilégios como se estivesse combatendo poderes espirituais das trevas, algo que remete à guerra espiritual pentecostal. Ele é considerado aquele que se sacrifica pela nação porque sofreu um atentado durante a campanha eleitoral de 2018. Ele rompe com o decoro do cargo, algo que denota uma descontinuidade radical, um novo nascimento (conversão em termos cristãos) da nação²⁷. Ele age de acordo com suas emoções, algo que o aproxima do emocionalismo pentecostal. Com isso, Bolsonaro alimenta de forma recorrente os evangélicos com estas formas sensoriais e, conseqüentemente, com emoções.

Agora o artigo caminha para a sua conclusão.

Considerações finais

As grandes igrejas pentecostais se aproximam do governo Bolsonaro e minimizam o perigo da Covid-19 por outros motivos além daqueles enfatizados neste artigo. Pode-se citar os motivos fiscais, os interesses no sentido de ampliar as isenções fiscais e de perdão de dívidas, os interesses financeiros das empresas ligadas a estas igrejas e a seus líderes, os interesses de manter cultos presenciais para manter as arrecadações e para maior controle dos fiéis e fortalecimento dos laços das comunidades, os interesses que envolvem o descrédito na ciência e na saúde pública para manter a busca aos serviços mágicos e à cura divina, etc. Estes elementos são importantes, não devem ser ignorados, são elementos que dizem respeito aos interesses e objetivos práticos das grandes igrejas pentecos-

tais, e podem explicar a legitimidade das lideranças pentecostais e a atuação dos políticos fisiológicos da Frente Parlamentar Evangélica.

A opção, aqui neste artigo, foi enfatizar alguns valores morais que são compartilhados por um contingente maior de evangélicos. A hipótese é de que as chamadas *economias morais evangélicas* são conjugadas com a atuação do presidente Jair Messias Bolsonaro.

A idéia de que os evangélicos devem defender prioritariamente seus pares, porque constituem uma minoria religiosa que precisa ser defendida, é conjugada com a atuação de Bolsonaro que favorece sua família, seus amigos e seus seguidores mais próximos. Por outro lado, os evangélicos e o presidente Bolsonaro consideram que defendem os valores morais da maioria da população brasileira. Os evangélicos consideram que sua própria moralidade é semelhante à moralidade da maioria da população brasileira, assim como o biopoder de Bolsonaro que, por sua vez, impõe a moralidade evangélica sobre a população brasileira através da implementação de políticas públicas. Há um compartilhamento de formas sensoriais: as formas sensoriais pentecostais guardam diversas semelhanças com as formas sensoriais utilizadas por Bolsonaro. E, por fim, a retórica populista e o biopoder de Bolsonaro se aproximam da concepção de liberdade religiosa irrestrita defendida por diversos evangélicos. Bolsonaro não é um governante autoritário que visa fortalecer o Estado, ele age no sentido de enfraquecer as instituições republicanas e combater o aparato jurídico estatal para beneficiar sua família, seus amigos e seus aliados das grandes igrejas pentecostais. A defesa da concepção de liberdade religiosa irrestrita abre a possibilidade para a atuação de oportunistas no meio evangélico que desenvolvem até mesmo atividades criminosas juntamente com as atividades religiosas.

No momento de pandemia da Covid-19, se vê o oportunismo e a irresponsabilidade dos líderes das grandes igrejas pentecostais e do governo do presidente Bolsonaro. O oportunismo e a irresponsabilidade dos líderes pentecostais vai no sentido de buscar a abertura dos templos de qualquer maneira e da disseminação de todo tipo de charlatanismo, e o biopoder de Bolsonaro vai no sentido de incentivar a população a sair às ruas e correr o risco de se contaminar.

Diversos líderes evangélicos se posicionaram contra a abertura dos templos e contra qualquer tipo de oportunismo e irresponsabilidade diante da pandemia. No entanto, estes mesmos líderes evangélicos que defendem um posicio-

namento responsável em relação à saúde pública são minoritários no meio evangélico e, ao que tudo indica, continuam cautelosos e omissos em relação às discussões sobre a liberdade religiosa e sobre a imposição da moralidade evangélica através das políticas públicas.

Referências bibliográficas:

- ALMEIDA, Ronaldo. *A Igreja Universal e seus demônios: um estudo etnográfico*. São Paulo: Terceiro Nome, 2009.
- ALMEIDA, Ronaldo. *Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelicalismo e a crise brasileira*. In: *Novos Estudos*. São Paulo: CEBRAP, v. 38, n. 1, janeiro-abril de 2019. pp. 185-213.
- ALVES, D. Infância protegida: ministração da pastora Damares Alves. *Igreja Batista da Lagoinha*. Belo Horizonte, 03 de maio de 2016.
- ALVES, D. Damares fala de polêmica sobre abstinência sexual. *Programa Pra Cima Deles*, Rádio Jovem Pan. São Paulo, 17 de janeiro de 2020 [2020a].
- ALVES, D. Damares pede oração e jejum e cita ciência: “Fé renova esperança”. *Uol Notícias*. São Paulo, 03 de abril de 2020 [2020b].
- ASAD, T. *Genealogies of Religion: Discipline and Reasons of Power in Christianity and Islam*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1993.
- ASAD, T. *Secular Translations: Nation-State, Modern Self, and Calculative Reason*. New York: Columbia University Press, 2018.
- BALLOUSSIER, A.V. Cara típica do evangélico brasileiro é feminina e negra, aponta Datafolha. In: *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 13 de janeiro de 2020.
- BARONE, I. Juristas evangélicos repudiam uso da religião para obter poder e apoio irrestrito ao governo. *Gazeta do Povo*. Brasília, 11 de maio de 2020.
- BARRETO FILHO, H.; LOPES, N. MP identifica movimentação atípica de quase 6 bi em igreja de Crivella. *Uol Notícias*. Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 2020.
- BEZERRA JR., C.; CAVALLERA, R. Em entrevista exclusiva, deputado pastor Carlos Bezerra crava: “O Estado tem de saber que as igrejas têm suas próprias regras”. In: *Gospel Mais*. Curitiba, 25 de outubro de 2014.
- BÍBLIA. Português. *Bíblia sagrada*. Almeida revista e corrigida (ARC). Brasília: SBB, 1969.
- BÍBLIA. Português. *Nova Bíblia Pastoral (NBP)*. São Paulo: Paulus, 2014.
- BILENKY, T. Meu pirão primeiro: o empenho dos líderes evangélicos para cobrar o dízimo em plena quarentena. *Revista Piauí*. São Paulo, v. 164, maio de 2020.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 11° ed. Campinas: Papyrus, 2011.

- BULGARELLI, L.; MARREIRO, F. “Campanha antigênero nas escolas dificulta detectar abuso contra menores de idade”: entrevista com o pesquisador Lucas Bulgarelli. *El País*. São Paulo, 23 de setembro de 2020.
- CARNEIRO, S. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- DAMÉ, L. Em crescimento, bancada evangélica terá 91 parlamentares no Congresso. *Agência Brasil*. Brasília, 18 de outubro de 2018.
- DIP, A.; MACIEL, A.; CORREIA, M.; NASCIMENTO, G. O lobby dos evangélicos contra o fechamento das igrejas. *A Pública*. São Paulo, 07 de abril de 2020.
- ELLUL, J. A ambivalência das técnicas. In: *Anais do I Seminário Brasileiro Sobre o Pensamento de Jacques Ellul*. Araraquara: UNESP, 2009. pp. 259-294.
- ESPOSITO, R. *Bíos: biopolítica y filosofía*. Buenos Aires: Amorrortu, 2006.
- FASSIN, D. Maintaining Order: The Moral Justifications for Police Practices. In: FASSIN, D. (et. al.). *At the Heart of the State: The Moral World of Institutions*. London: Pluto Press, 2015. pp. 93-116.
- FASSIN, D. Além do bem e do mal?: questionando o desconforto antropológico com a moral. In: RIFIOTIS, T.; SEGATA, J. (org.). *Políticas etnográficas no campo da moral*. Porto Alegre: Ed. UFRGS/ABA, 2019. pp. 24-50.
- FERREIRA, P.; MARIZ, R. Campanha do governo federal pela abstinência sexual começa em fevereiro. In: *O Globo*. Brasília, 23 de janeiro de 2020.
- FIOROTTI, S. Intolerância religiosa dos evangélicos na educação básica: breve análise de alguns casos. *Interritórios: Revista de Educação*. Recife: UFPE, v. 5, n. 9, 2019. pp. 213-231.
- FIOROTTI, S. Liberdade religiosa dos evangélicos em tempos de pandemia. In: *A Pátria*. Funchal, 22 de março de 2020.
- FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-79)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FRESTON, P. Breve história do pentecostalismo brasileiro. In: ANTONIAZZI, A. (et. al.). *Nem anjos, nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo*. Petrópolis: Vozes, 1994. pp. 67-159.
- GIUMBELLI, E. Um projeto de cristianismo hegemônico. In: SILVA, V. G. (org.). *Intolerância religiosa: impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro*. São Paulo: Edusp, 2007. pp. 149-169.
- GIUMBELLI, E. *Símbolos religiosos em controvérsias*. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.
- GUIMARÃES, A.; LEITÃO, L.; MARTINS, M.A. MP diz ter encontrado indícios de que a Igreja Universal foi usada para lavar dinheiro da corrupção na Prefeitura do Rio. *G1*. Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2020.

HORSLEY, R.A. *Jesus e o império: o reino de Deus e a nova desordem mundial*. São Paulo: Paulus, 2004.

KIVITZ, E.R.; BONFÁ, M. Entrevista do pastor Ed René Kivitz no programa Pingue-Pongue com Bonfá. *Pingue-Pongue com Bonfá*. São Paulo, 09 de outubro de 2018.

MACIEL, A.; DIP, A.; RIBEIRO, R. Megaigrejas continuam abertas e dizem que fê cura coronavírus. In: *A Pública*. São Paulo, 19 de março de 2020.

MARIANO, Ricardo. Efeitos da secularização do Estado, do pluralismo e do mercado religiosos sobre as igrejas pentecostais. *Civitas*. Porto Alegre: PUC-RS, v. 3, n. 1, junho de 2003. pp. 111-125.

MARIANO, Ricardo. A reação dos evangélicos ao novo Código Civil. *Civitas*. Porto Alegre: PUC-RS, v. 6, n. 2, julho-dezembro de 2006. pp. 77-99.

MARIANO, Ricardo. Usos e limites da teoria da escolha racional da religião. In: *Tempo Social*. São Paulo: USP, v. 20, n. 2, novembro de 2008. pp. 41-66.

MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. *Civitas*, Porto Alegre: PUC-RS, v. 11, n. 2, maio-agosto de 2011. pp. 238-258.

MARTON, F. Por que os evangélicos fundamentalistas usam Jesus para justificar a brutalidade militar. *The Intercept Brasil*. Rio de Janeiro, 16 de outubro de 2020.

MENDONÇA, A.G. *Protestantes, pentecostais & ecumênicos: o campo religioso e seus personagens*. 2º ed. São Bernardo do Campo: UMESP, 2008.

MEYER, B. A estética da persuasão: as formas sensoriais do cristianismo global e do pentecostalismo. *Debates do NER*. Porto Alegre: UFRGS, n. 34, agosto-dezembro de 2018. pp. 13-45.

MOTA, C.V. HPV: por que vacinação de adolescentes contra vírus de transmissão sexual que causa câncer não avança no Brasil. In: *BBC Brasil*. São Paulo, 18 de julho de 2018.

NUNES, A. Denúncias de intolerância religiosa desmentem “cristofobia” de Bolsonaro. *Uol Notícias*. Salvador, 25 de setembro de 2020.

ORO, Ari Pedro. A laicização no Brasil e no Ocidente: algumas considerações. *Civitas*. Porto Alegre: PUC-RS, v. 11, n. 2, maio-agosto de 2011. pp. 221-237.

PRANDI, R. Os 12% do presidente: em que lugar da sociedade habita o bolsonarista convicto? *Jornal da USP*. São Paulo, 13 de setembro de 2019.

PRAZERES, L. Dívida de igrejas com a União cresce no governo Bolsonaro, mas cobranças caem pela metade. In: *O Globo*. Brasília, 11 de outubro de 2020.

PUFF, J. Tom “bélico” de alguns líderes evangélicos cria clima propício à intolerância, diz pastor. In: *BBC Brasil*. Rio de Janeiro, 23 de junho de 2015.

RESENDE, S.M. Hoje aliado de Bolsonaro, Magno Malta já foi cabo eleitoral de Dilma. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 05 de novembro de 2018.

ROBBINS, J. El pensamiento de la continuidad y el problema de la cultura cristiana. *Apuntes de Investigación del Cecyp*. Rioja, n. 18, 2010. pp. 111-144.

SCOTT, J.C. Afterword to “Moral Economies, State Spaces, and Categorical Violence”. *American Anthropologist*. American Anthropological Association, v. 107, n. 3, set. 2005. pp. 395-402.

SILVA, V.G. (org.). *Intolerância religiosa: impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro*. São Paulo: Edusp, 2007.

WARD, R.; MUylaert, B.; ALBASI, M.; SEGNI, G. Líderes religiosos são investigados, mas raramente condenados. *A Pública*. São Paulo, 16 de agosto de 2020.

¹⁴As entidades religiosas em geral devem 460 milhões de reais ao fisco [brasileiro], a maior parte decorrente de pendências previdenciárias. Do total, cerca de 80% é dívida de organizações evangélicas” (Bilenky, 2020).

²Ver: Giumbelli, 2007; 2014; Mariano, 2003; 2011 e Silva, 2007.

³Com relação aos diversos grupos evangélicos brasileiros, incluindo os diversos grupos pentecostais, e suas principais características e distinções, ver: Almeida, 2009; 2019; Balloussier, 2020; Freston, 1994; Giumbelli, 2007; 2014; Mariano, 2003; 2006; 2011 e Mendonça, 2008.

⁴Com relação à noção de *economia moral*, ver Fassin, 2015; 2019 e Scott, 2005.

⁵O termo *laicidade* foi escolhido por ser mais utilizado nas línguas latinas, como sinônimo de secularização ou *secularidade* (*secularity*), significando aqui, neste artigo, o arranjo político que ocorre com as “regulações” ou “desregulações” das religiões. Ver também: Asad 1993; 2018; Giumbelli, 2007; 2014; Mariano, 2003; 2011; Oro, 2011, entre outros.

⁶Esta tradução das palavras de Jesus no texto bíblico de Mc 12,17 (ARC), assim como nos textos paralelos em Mt 22,21 e Lc 20,25, é uma tradução que dá espaço para a leitura no sentido da aceitação dos impostos por parte de Jesus e da aceitação do pressuposto moderno da separação entre religião e política. A tradução da *Nova Bíblia Pastoral* (NBP) deste mesmo texto: “Devolvam a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus”, é uma tradução que se aproxima mais da leitura no sentido da afirmação de que o governante imperial não tem direitos sobre o povo israelita (Horsley, 2004).

⁷Ver Kivitz; Bonfá, 2018.

⁸Ver Puff, 2015.

⁹Ver Bezerra Jr.; Cavallera, 2014.

¹⁰A Frente Parlamentar Evangélica (FPE) possui atualmente 91 parlamentares, entre deputados e senadores, no Congresso Nacional. Ver Almeida, 2019, Damé, 2018 e Mariano, 2006.

¹¹Ver Alves, 2016.

¹²Ver Ferreira; Mariz, 2020.

¹³Dameres Alves intitula de forma pejorativa os especialistas e pesquisadores, chama-os de “ólo-gos”. Ver Alves, 2020a.

¹⁴Com relação à noção de *biopoder*, ver: Carneiro, 2011; Esposito, 2006 e Foucault, 2008.

¹⁵Em 1980, o governo estadual de Paulo Maluf, em São Paulo, propôs a esterilização massiva de mulheres pretas e pardas. Em 2007, o governo estadual de Sérgio Cabral Filho, no Rio de Janeiro, explicitou o desejo de uma política de controle de natalidade e facilitação do aborto para as mulheres das favelas (Carneiro, 2011).

¹⁶Ver: Alves, 2020b; Bilenky, 2020; Dip *et al.*, 2020; Fiorotti; 2020; Maciel; Dip; Ribeiro, 2020.

¹⁷Ver Maciel; Dip; Ribeiro, 2020.

¹⁸Ver Maciel; Dip; Ribeiro, 2020.

¹⁹Ver Maciel; Dip; Ribeiro, 2020.

²⁰Uma boa crítica às perspectivas positivistas sobre a ciência e as técnicas está presente na obra do sociólogo Jacques Ellul (2009).

²¹Ver Dip *et al.* (2020).

²²A convocação ao *Jejum Pelo Brasil* (05 abr. 2020) contou com o apoio de 32 líderes evangélicos de aproximadamente 25 denominações diferentes, incluindo 3 líderes de igrejas evangélicas históricas. Entre eles: Silas Malafaia, Edir Macedo, R.R. Soares, Valdemiro Santiago, José Wellington Jr., Samuel Ferreira, Samuel Câmara, Estevam Hernandes, Marco Feliciano, Márcio Valadao, Luiz Hermínio, Juanribe Pagliarin, Abe Huber, Renê Terra Nova, Robson Rodovalho, Mário de Oliveira, Lourival de Almeida, Roberto de Lucena, Hernandes Dias Lopes, etc. Ver: Dip *et al.* (2020).

²³Ver Dip *et al.* (2020).

²⁴Ver Alves (2020b).

²⁵Em conferência a respeito do campo burocrático, proferida em 1991, o sociólogo Pierre Bourdieu menciona os casos de “utilização privada do serviço público” (Bourdieu, 2011).

²⁶A mulher virtuosa do poema bíblico de Pv 31,10-31 não é uma mulher que vive em função do marido. É simplista considerar que as imagens bíblicas contribuem diretamente para a subserviência das mulheres, ou considerar que as mulheres evangélicas são mais subservientes do que as mulheres brasileiras em geral. Ver as notas da *Nova Bíblia Pastoral* (NBP).

²⁷Com relação ao aspecto da descontinuidade da conversão ao cristianismo, ver: Robbins (2010).

Recebido em 19/10/2020

Aceito para publicação em 10/02/2021